

tópicos e notas críticas

Maria de Lourdes Lima dos Santos

Esquemas teóricos na análise sociológica do subdesenvolvimento

1. «Na ciência, o campo de operação da ideologia corresponde a todas aquelas opções na construção da linguagem científica que não são susceptíveis de decisão em termos das regras formais de procedimento do método científico.»¹

Dentro daquele campo se situa a escolha de um modelo de análise de desenvolvimento que postula a existência de uma dimensão denominada tradicionalismo-modernismo, ao longo da qual se sucede uma série de pontos, definindo uma progressão linear de racionalidade crescente.

Tal modelo denuncia *convicção* de que o desenvolvimento se pode processar nas sociedades *tradicionais* à semelhança da forma por que se desenrolou nas sociedades *modernas*, como se os mesmos estímulos e as mesmas instituições que contribuíram para o desenvolvimento das actuais sociedades desenvolvidas pudessem hoje aproximar destas as subdesenvolvidas.

Esta tem sido a *convicção* da maioria dos cientistas sociais ocidentais; por seu lado, também a maior parte dos cientistas sociais marxistas igualmente ignoraram, durante muito tempo, a especificidade da situação dos países subdesenvolvidos, embora apoiando-se obviamente em teses diferentes. Só recentemente se começou a chamar a atenção para a diferença das condições históricas de desenvolvimento entre os países hoje subdesenvolvidos

400 ¹ Eliseo VÉRON, *Ideologia, Estrutura e Comunicação*, Ed. Cultrix, São Paulo, 1970.

BIBLIOGRAFIA SUMARIA SOBRE A TÉCNICA DE ANÁLISE
DE CONTEÚDO

- BERELSON, B., «Content Analysis», in Gardner LINDSEY, ed., *Handbook of Social Psychology*, vol. I, Harvard University Press, 1954, pp. 488-522.
- BOILLUT, J., «Une méthode de morcellement des textes en analyse de contenu», *Psychologie Française*, 9, Paris, 1964, pp. 241-256.
- BUDO, R. W., THORP, R. K., e DONO HEU, L., *Content analysis of communication*, The MacMillan Company, Nova Iorque — Collier, MacMillan, Limited, Londres, 1967.
- HENRY, P., «Analyse de Contenu, connaissance scientifique et langage documentaire: questions méthodologiques», *Bulletin du CERP*, Paris, 16 (3), 1967, pp. 245-263.
- HOLZMANN, M. B., e HARWAY, N. I., «A computer approach towards the analysis of content», *Behavior Scientist*, 10 (2), 1965, pp. 173-182.
- JANOWITZ, M., «Análisis de contenido y estudio del ambiente simbólico», *Revista Española de la Opinión Pública*, Madrid, 12, 1968, pp. 153-168.
- JANSEN, B. D., «A system for content analysis by computer of international communications for selected categories of actions», *American Behavior Scientist*, 9 (7), 1966, pp. 28-36.
- LASSWEL, H. D., «The uses of content analysis data in studying social changes», *Social Scientist Information*, 7 (1), 1968, pp. 57-70.
- LAZARSFELD, P., BERELSON, REGAUDET, *The People's choice. How the voter makes up his mind*, A Presidential campaign, Nova Iorque, Columbia University Press, 1949.
- LINCH, M. D., e MERRIL, J. C., «Content Analysis. A probabilistic approach», *Journal of Communications*, 18 (2), 1968, pp. 151-159.
- PECHEUX, M., «Analyse de Contenu et Théorie du discours», *Bulletin du CERP*, Paris, 6 (3), 1967, pp. 97-115.
- PINTO, R., e GRAWITZ, M., *Méthodes des Sciences Sociales*, vol. II, Dalloz, Paris, 1964, pp. 497-537.
- SILBERMANN, A., «L'analyse de contenu systématique», in *Techniques de Diffusion Collective*, Bruxelas, 78, 1962, pp. 15-52.
- SOLA POOL, I., *Trends in content analysis*, University of Illinois Press, Urbana, 1959, p. 244.
- STONE, P. J., DUMPHY, D. C., e BERNSTEIN, A., «Content Analysis Applications at Simulnatics», *American Behavior Scientist*, 8 (9), 1965, pp. 16-18.

e os actuais desenvolvidos. «Nem o passado», utilizando as palavras de GUNDER FRANK, «nem o presente dos países subdesenvolvidos se assemelham ao passado dos países hoje desenvolvidos. Estes últimos jamais foram *subdesenvolvidos*, se bem que possam ter sido desenvolvidos.»

A noção de subdesenvolvimento arrasta a de modernização e as tentativas para a teorizar têm-se enredado no que contém de ideológico uma certa forma de considerar a natureza do subdesenvolvimento, as características do processo de desenvolvimento e as relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Naturalmente, o próprio termo *subdesenvolvimento* pressupõe um ponto de referência — o desenvolvimento — e implica a necessidade de uma análise simultaneamente das causas da fraqueza do seu evoluir e dos factores que poderão combater essa fraqueza.

2. Entre diversos exemplos de análise, pode começar-se por referir alguns que pareceram mais típicos, dentro de um quadro conceptual concordante com o modelo atrás referido e num enfoque predominantemente psicológico. Trata-se de análises que vêm sobretudo na permanência de padrões de vida e atitudes *tradicionais* a razão de *atraso* e presumem como preconditione de desenvolvimento a existência de atitudes *modernas*, entre as quais ocupa lugar preponderante a que os psicólogos americanos designam como «*need for achievement*» (capacidade de empreendimento) — o «vírus mental» a inocular nos subdesenvolvidos.

De acordo com aquela óptica, a oferta de poupança e de mão-de-obra qualificada, consideradas indispensáveis para obviar a dois factores fundamentais de estrangulamento no processo de desenvolvimento (a escassez de capital e de operários qualificados), aparece como função da estrutura psicológica da população.

Como se introduzirá a mudança nessa estrutura? Ou, por outras palavras, como inocular o «vírus mental *n Ach* [abreviatura de *need for achievement*, muito em voga entre os psicólogos americanos]»??

Passam-se rapidamente em revista algumas tentativas de resposta que se poderiam utilizar como ilustrações de uma filosofia espontânea do conhecimento do social.

HOSELITZ² propõe que se conduza a análise da mudança social através do exame «do impacte da *desviança*, na institucionalização progressiva dos comportamentos *desviantes* e na sua transformação em comportamentos rotineiros». Segundo este autor, a transformação dependerá de uma série de factores, entre os quais distingue como mais importante o sistema de sanções sociais. Nesta medida, aponta a necessidade de conhecer os grupos de onde provêm os indivíduos desviantes, que serão aqueles para quem a ruptura com certos valores sociais oferecerá vantagens capazes de compensar as possíveis sanções. Haverá, deste modo,

² Consultar Bert HOSELITZ, «Os principais conceitos da análise das repercussões sociais da evolução da técnica», in *Sociologia do Desenvolvimento*, Zahar, Rio de Janeiro, 1967, p. 41.

grupos estratégicos portadores de inovação, como as *élites* nos países subdesenvolvidos, cujo papel HOSELITZ considera subestimado se estas forem encaradas unicamente como conservadoras do *statu quo*. Segundo o autor, os empresários têm uma função inovadora, fruto de comportamentos considerados desviantes numa fase inicial do desenvolvimento, em culturas protocapitalistas, mas que vão sendo progressivamente aceites pelo meio e institucionalizadas.

Não parece haver grande diferença de fundo entre esta análise e a análise schumpeteriana do empresário, indivíduo dotado de determinadas capacidades (iniciativa, autoridade, «capacidade de previsão» ...) e que tem por função executar novas combinações». Na fase inicial do desenvolvimento, o empresário schumpeteriano, individualistamente motivado e exposto às resistências do meio social, é uma categoria indispensável a HOSELITZ que, através da institucionalização da desviança ou pela recondução da desviança ao *consenso*, vai fechar o círculo mágico da mudança social.

Um outro autor, HAGEN³, procura fornecer uma resposta mais ampla com a teoria dos «grupos subordinados» — «a longa sequência de mudanças sociais radicais de que se compõe a transição decerto ocorrerá, não simplesmente pela acção de indivíduos desviantes, mas apenas quando algum grupo de peso, no interior da sociedade, se empenhar naquele alvo. Apenas grupos *subordinados* ou que temem a *subordinação* podem agir dessa forma.»

Quanto à emergência desses grupos subordinados, HAGEN diz simplesmente que não têm hipóteses a fornecer: «Fico na mera aceitação do princípio vulgar segundo o qual, se dois grupos portadores de culturas diferentes entrarem em contacto, certamente haverá atrito entre eles. Além de que julgo suficiente supor o grupo subordinado como um evento no fluxo histórico.»

Um «grupo subordinado» que, a partir da sua posição desvantajosa na estrutura social, desenvolveu determinadas motivações capazes de conduzir ao chamado «*need for achievement*» poderá, mercê de circunstâncias favoráveis, entrar em progresso tecnológico contínuo. Tensões entre o grupo subordinado e outros grupos podem dar lugar a motivações que geram uma reacção à subordinação (expressa por um comportamento inovador), o que se processará através dos mecanismos da socialização, indispensável ao institucionalizar da mudança.

Na tese weberiana da ética protestante como causa de desenvolvimento económico, as duas variáveis socialização e empreendimento económico funcionavam numa relação de dependência da segunda para com a primeira; para HAGEN, ambas são dependentes de uma terceira, a variável-chave, que é constituída pela reacção à submissão.

Estamos, pois, em pleno, circunscritos ao modelo do sistema funcional em que o conflito desempenha o seu papel criador

³ Everett HAGEN, «O processo de mudança», in *Sociologia do Desenvolvimento*, Zahar, Rio de Janeiro, 1967, p. 27.

através do *feed-back* positivo que gera a mudança dentro do seu próprio sistema. Utilizando esquemas funcionalistas, tal como HOSELITZ, HAGEN vem ao encontro deste — os «grupos subordinados» correspondem aos grupos estratégicos de inovação e têm por trás uma mesma teoria da inovação, consequência de uma marginalidade que é resolvida de forma não *anômica*.

Neste ponto urge interrogar a teoria dos «grupos subordinados» quanto à viabilidade, para os dominados, de rejeitar ou inovar sem romper a relação de dominação em causa.

As análises que, segundo uma óptica psicológica, vêem o desenvolvimento como efeito da introdução e incremento de atitudes *modernizantes* são vulneráveis à velha crítica de DURKHEIM de que «os factos sociais não são o simples desenvolvimento de factos psíquicos, mas estes são, em grande parte, o prolongamento dos primeiros no interior das consciências. Esta proposição é muito importante e o ponto de vista contrário expõe constantemente o sociólogo a tomar a causa por efeito e vice-versa»⁴. A perspectiva psicológica reduz as relações sociais às representações que os sujeitos têm delas e acredita na possibilidade de transformar as relações objectivas, uma vez que se transformem as representações subjectivas.

Noutros termos, isto significa:

- 1.º Que se tem implícita uma relação que é a do actor com as suas ideias;
- 2.º Que se faz equivaler esta relação a uma outra pertencente a um nível de análise diferente, ou seja, a relação entre sistemas de relações sociais e sistemas de ideias.

Assim, as transformações no domínio das relações sociais resultariam de transformações no domínio dos sistemas de ideias e corresponderiam, em última análise, a uma acção orientada para atingir determinados fins através da escolha dos meios mais adequados — esquema de acção racional concebível ao nível do actor, mas inadequado ao nível da sociedade global.

A perspectiva psicológica propõe um modelo de acção modernizante (correspondente ao esquema de acção racional) que, veiculada através de quaisquer grupos inovadores, permitiria aos subdesenvolvidos tirar proveito dos instrumentos do desenvolvimento.

Relativamente às atitudes *modernizantes* que têm vindo a ser referidas, reproduz-se, a título ilustrativo e abreviadamente, um *inventário* de atitudes do «homem moderno ideal», extraído de um texto de Alex INKELES⁵: «O primeiro elemento de definição do homem moderno é a sua *capacidade para realizar experiências novas* e a sua abertura à inovação e à mudança [...] Em segundo lugar, definimo-lo como mais moderno se é capaz de formar e

⁴ *De la division du Travail Social*, P. U. F., Paris, 1960, p. 341.

⁵ Alex INKELES, «The Modernization of Man», in *Modernization*, Ed. Myron, Weiner, Nova Iorque, 1966, p. 138.

manter opiniões a respeito de um grande número de questões relativas *não só ao seu meio imediato, mas também a outros meios* [...] Em terceiro lugar: se está mais orientado para o presente e o futuro do que para o passado [...] Em quarto lugar: se aceita a necessidade de *planear e organizar* a actividade. Em quinto: se acredita na *eficácia* [...] Em sexto: se acredita num mundo 'calculável', *sujeito ao 'contrôle' humano* [...] Em sétimo: se está *mais consciente da dignidade dos outros* e mais disposto a considerá-los [...] Em oitavo: se tem mais confiança *na ciência e na tecnologia.*»

O tipo ideal de «homem moderno» imprescindível ao modelo de acção *modernizante* aparece como uma lista de atitudes, elaborada mais ou menos *ad hoc*, reflexo de um corpo de normas que sanciona as acções aprovadas pelas sociedades desenvolvidas, ou, por outras palavras, um corpo de normas que faz parte de um discurso ideológico edificado sobre «a natureza imaginária das representações que os sujeitos fazem das suas relações com as condições reais de existência».

Os trabalhos orientados pela perspectiva psicológica que se têm vindo a referir fazem parte de um dos três tipos de investigação compreendidos na sociologia do desenvolvimento tal como é praticada pelos autores norte-americanos e outros que adoptam as mesmas opções.

Trata-se de um tipo de investigação sobre atitudes e opiniões, sendo os outros dois tipos constituídos, um, por estudos descritivos sobre estrutura social e, o outro, por estudos descritivos sobre os aspectos particulares da estrutura social considerados relevantes para a promoção do desenvolvimento. Os estudos sobre estrutura social «proporcionam», utilizando as palavras de VÉRON⁶, «as bases para traçar a imagem geral de cada país em termos de *índices*, construídos para medir o grau de subdesenvolvimento». Os estudos sobre os aspectos particulares da estrutura social «avaliam as capacidades potenciais para acelerar o processo de desenvolvimento», enquanto os trabalhos sobre atitudes e opiniões, inicialmente referidos, «detectam e medem os factores que podem existir ao nível psicossocial, classificando-os como favoráveis ao desenvolvimento (atitudes *modernizantes*, em particular as atitudes *democráticas*) e desfavoráveis (expressão das *resistências à mudança*)». Temos, portanto, um *método de índices* que «constrói os tipos ideais da sociedade desenvolvida e da sociedade subdesenvolvida; uma *perspectiva difusionista de aculturação* e uma *perspectiva psicológica*». Estes três tipos partem de uma concepção de desenvolvimento e subdesenvolvimento como extremos e, desta forma, continuando a citar o mesmo autor, «não correspondem, então, a nações entre as quais existem relações económicas, políticas e culturais concretas; a selecção dos aspectos importantes ao longo deste contínuo define-se pela sua maior ou menor distância em relação a uma modernidade industrial *ideal*».

3. A permanência do subdesenvolvimento parece constituir, por si própria, a refutação das teses que sustentam os referidos tipos de investigação. («Não se deve esquecer que o *processo de difusão* ao qual se atribuem resultados tão benéficos já conta, na América Latina, com mais de quatrocentos anos e que, exceptuando certos focos dinâmicos de crescimento, o resto do continente está, na actualidade, mais subdesenvolvido do que nunca» — afirma STAVENHAGEN⁷.)

Donde parecer indispensável introduzir uma análise de outra natureza que considere o processo de mudança dos países subdesenvolvidos dentro do quadro de relações que mantêm com os países desenvolvidos.

GERMANI, ao distinguir, nos seus trabalhos mais recentes, *desenvolvimento económico, modernização política e modernização social*, entendidos como processos componentes de mudança estrutural, chama a atenção para a diversidade de formas por que se podem inter-relacionar os referidos componentes, não só segundo «as condições *internas* da sociedade em transição, mas também [segundo] as suas *condições externas*, especialmente a sua relação com outras sociedades»⁸. As relações de dominação das sociedades desenvolvidas com as subdesenvolvidas são apontadas como particularmente condicionantes do subdesenvolvimento, mas nem por isso a sua análise deixa de permanecer ligada aos esquemas conceptuais próprios dos tipos de sociologia do desenvolvimento atrás indicados — ambiguidade que logo se pode aperceber quando o autor enumera os vários factores que condicionam os processos componentes da mudança, no início e durante a transição, nomeadamente: a própria natureza e disponibilidade dos recursos humanos existentes em cada país; a posição do país em causa relativamente à situação internacional; as características históricas e culturais e a estrutura social do país; o estágio do conhecimento científico e da tecnologia; o grau de «espontaneidade», «tomada de consciência», «deliberação» e «planeamento», considerados por GERMANI como características das acções sociais que geram os processos parciais do desenvolvimento: a natureza e proporção dos factores endógenos que determinam a transição; os diferentes tipos de *élite* que, por várias formas, intervêm na transição, e o «efeito de demonstração» exercido pelas sociedades desenvolvidas tomadas como modelos de transição.

Por um lado, vêmo-lo conservar os conceitos de sociedade *tradicional* (embora como uma categoria residual, incluindo um grande número de estruturas sociais e de condições culturais), de sociedade *moderna* e de *dualidade* entre áreas «atrasadas» e «avançadas»; por outro lado, empreende uma tentativa para substituir um modelo universal de transição (o modelo «ocidental»),

⁷ STAVENHAGEN, «Sete teses equivocadas sobre a América Latina», in *Sociologia do Desenvolvimento*, Zahar, Rio de Janeiro, 1967, p. 121.

⁸ Gino GERMANI, *Sociología de la Modernización*, Paidós, Buenos Aires, 1969.

como critério de comparação a que se hão-de submeter os diferentes processos nos vários países. Essa tentativa traduziu-se num esquema de etapas para a América Latina, aliás precedido de contribuições de outros autores que se lhe aproximam, tendo embora um carácter menos amplo.

Antes de lhes fazermos referência será altura de introduzir alguns elementos que vêm não só contra a *convicção*, denunciada no início desta nota, de que o modelo «ocidental» se repetiria nos países subdesenvolvidos, mas também contra uma outra *convicção* segundo a qual o subdesenvolvimento de um país aparece como sendo unicamente o produto das suas próprias características no passado.

A fragilidade da primeira *convicção* ressalta quando se atenta nas diferentes condições históricas de desenvolvimento das sociedades nos séculos XVIII e XIX e das actuais sociedades subdesenvolvidas. Os países hoje industrializados não eram países economicamente dependentes, não estavam sujeitos à «evolução do mercado mundial de uma determinada matéria-prima ou de um determinado produto agrícola» e não tinham de «defrontar a concorrência de indústrias poderosas, já estabelecidas e alimentadas pelo mesmo grande capital que dominara as suas próprias riquezas naturais»⁹.

A acumulação de capitais que permitiu a passagem à produção capitalista desenvolveu-se inicialmente em condições que hoje, nos países subdesenvolvidos, se não podem repetir (expropriação dos pequenos produtores; fontes externas de acumulação — as colónias).

Também nos séculos XVIII e XIX, nos países presentemente avançados, se não registou uma explosão demográfica como a que hoje se verifica nos subdesenvolvidos e lhes levanta dificuldades muito particulares no domínio da política do emprego.

Um outro elemento não existente no capitalismo inicial é constituído pelo chamado «efeito de demonstração», que, através da criação de novas aspirações, provoca novos hábitos de consumo numa parte da população, diminuindo, assim, a poupança interna.

Para lá de tudo o mais, factor primordial a considerar quanto à especificidade do subdesenvolvimento é aquele que consiste na posição de dependência dos subdesenvolvidos na estrutura da economia mundial. Após a revolução industrial, o rápido desenvolvimento da produção e do comércio mundial conduziu a uma especialização internacional, dando lugar a uma nova divisão internacional do trabalho ou a «que uma parte do globo se transforme num campo de produção agrícola para a outra parte, tornada campo de produção industrial» — esta situação de dependência da primeira parte em relação à segunda, que remonta à fase inicial da expansão do sistema mercantilista-capitalista, irá acentuar-se com a aceleração do desenvolvimento dos países que constituíam «o campo de produção industrial».

⁹ Charles BETTELHEIM, *Planification et croissance accélérée*, Maspero, 406 Paris, 1967, p. 28.

Dentro do contexto definido pela divisão internacional do trabalho, dilui-se a segunda convicção atrás apontada, a de que o subdesenvolvimento de um país é produto do seu próprio passado, entendido como entidade autónoma.

Feita esta breve referência, volte-se à tentativa de um esquema de etapas de modernização económica, social e política na América Latina, examinando alguns aspectos das contribuições que precederam o esquema de GERMANI e deste mesmo.

Entre aquelas contribuições assinala-se¹⁰ o esquema que está implicado nas análises dos economistas que partem da teoria da autonomia crescente dos países latino-americanos, distinguindo-se duas fases: «expansão para fora» e «expansão para dentro». A «expansão para dentro» corresponde a uma industrialização orientada de acordo com os interesses nacionais, capaz de libertar os países latino-americanos da dependência em que os colocava a fase anterior, de economia baseada na exportação de matérias-primas.

Também subordinado à teoria da autonomia crescente, aparece um outro esquema que apresenta três etapas principais — a colonial, a semicolonial e a transicional. Tais esquemas são contestados por outros autores, que consideram a teoria da autonomia crescente incompatível com a dependência em que os subdesenvolvidos se encontram dentro do jogo das relações na economia mundial, ou seja, incompatível com os interesses das metrópoles de que aqueles são satélites. É a partir desta estrutura metrópole-satélite, tanto a nível internacional como a nível nacional («áreas atrasadas» e «áreas avançadas» deixam de ser expressão de «dualidade»), que eles irão procurar esclarecer a especificidade do subdesenvolvimento. A esta luz altera-se a velha tese segundo a qual se passa de um pólo extremo, «sociedade arcaica» (com origem numa época pré-colonial), a outro pólo extremo, «sociedade moderna» (tipo ideal a que correspondem os países desenvolvidos), através da difusão de instrumentos de modernização (capital, tecnologia, mudança institucional). Na fase de transição permaneceriam regiões atrasadas, detidas numa fase feudal porque isoladas do contacto com aqueles instrumentos.

O conhecimento aprofundado da história dos países subdesenvolvidos revelou como imprópria a designação de *feudal* para uma economia que não era «uma economia fechada de subsistência (como no feudalismo clássico europeu)», mas «respondia às necessidades, primeiro, da mineração de exportação e, segundo, da agricultura que abastecia os centros mineradores ou os mercados europeus», acontecendo que «os ciclos económicos, na América Latina, foram, em grande parte, determinados pelos ciclos económicos do mundo ocidental [...] Cada ciclo respondia, num dado momento, à procura estrangeira e deixou, ao extinguir-se, uma economia estagnada, atrasada, subdesenvolvida, e uma estrutura social arcaica. Numa grande parte do Brasil, o

¹⁰ GERMANI, *op. cit.*

subdesenvolvimento seguiu-se, e não precedeu, ao desenvolvimento»¹¹.

Daqui as novas teses, de acordo com as quais «as instituições e relações económicas, políticas, sociais e culturais que hoje encontramos no mundo subdesenvolvido são o produto do desenvolvimento histórico do sistema capitalista, tal como as características aparentemente mais modernas ou capitalistas das metrópoles nacionais destes países subdesenvolvidos. À semelhança das relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos no plano internacional, no interior de cada país subdesenvolvido, as actuais instituições subdesenvolvidas das zonas ditas atrasadas ou feudais são o produto do processo histórico de desenvolvimento capitalista, tal como as instituições ditas capitalistas das zonas mais progressistas»¹².

Retome-se, mais uma vez, a enumeração que se vinha a fazer de alguns tipos de esquemas de etapas. Surge uma nova sucessão de etapas, construída, esta, a partir da mudança na estrutura social latino-americana — uma primeira etapa, correspondendo à hegemonia de *élites* «semifeudais» e *élites* «oligárquicas» semicapitalistas, ligadas à economia primária de exportação; uma segunda etapa, em que a participação de novos estratos médios aparece como factor de modernização. Estes novos estratos médios aumentariam através da crescente mobilidade social ligada à industrialização e urbanização.

Contudo, STAVENHAGEN considera esses sectores médios incapazes de se tornarem «promotores do desenvolvimento económico independente», uma vez que eles próprios se encontram na dependência dos estratos altos e são beneficiários da situação de «colonialismo interno». Desta forma, os sectores médios constituem «a principal massa de apoio das ditaduras militares na América Latina», vinculadas estas às metrópoles da Europa e dos Estados Unidos.

Passemos ao esquema do próprio GERMANI — como o seu próprio autor reconhece, é um resumo da história social latino-americana que poderá, precisamente devido ao seu nível de generalidade, ser utilizado como contributo para distinguir os traços específicos e os traços comuns no processo de modernização dos vários países latino-americanos. Compõe-se de quatro etapas: 1.^a — sociedade tradicional; 2.^a — começos da derrocada da sociedade tradicional; 3.^a — sociedade dualista e «expansão para fora»; 4.^a — mobilização social de massas (caracterizada, no campo económico, por uma «expansão para dentro»). Pela própria designação das etapas se poderá suspeitar que a rede de conceitos onde está contido este esquema apresenta muitas afinidades com a dos esquemas precedentes. Sem entrar em pormenores, parece útil destacar alguns pontos: na 3.^a etapa, «o efeito modernizador» aparece como função de três variáveis principais — «o tipo de eco-

¹¹ STAVENHAGEN, *op. cit.*

¹² Gunder FRANK, «Le développement du sous-développement», in *Critiques de l'économie politique*, n.º 3, 1971, p. 4.

nomia de exportação; o grau de êxito desta no fomento económico; a existência de *élites* modernizadoras internas e o seu grau de eficácia». Começa a verificar-se o aparecimento de estratos médios e inicia-se a formação de um proletariado urbano, indo um e outro desenvolver-se na 4.^a etapa. Aqui, o aumento dos sectores médios urbanos, uma migração interna maciça e uma rápida mobilidade social vão acabar por funcionar como *efeitos estabilizadores* e converter-se em obstáculos para futuras mudanças.

4. Sem repetir os elementos de crítica que têm vindo a ser fornecidos ao longo do texto, talvez, no entanto, fosse de interesse determo-nos um pouco e perguntar:

- a) Quais são os grupos no poder ao longo destas etapas?
- b) Porque é que os sectores médios, que tantos autores apresentam como promotores do desenvolvimento na América Latina, se podem erigir em obstáculos à mudança, como se verificará ao tomar-se conhecimento do estudo de GERMANI a que se faz referência?

Sem que se pretenda, nesta pequena nota, dar resposta satisfatória a tais questões, parece útil lembrar:

Quanto à primeira questão, a presença, por vezes simultânea, na estrutura do poder do grupo de exportadores e latifundiários e do grupo constituído pela burguesia industrial (no esquema de GERMANI formavam, respectivamente, a classe dominante das 3.^a e 4.^a etapas). A crise do capitalismo mundial (1929-30), pelo enfraquecimento da sua hegemonia, vai permitir a industrialização na América Latina e a emergência de uma nova *élite* — «a burguesia nacional industrial» —, que não substitui a oligarquia latifundiária, antes a complementa.

Os interesses das nações hegemónicas (uma vez superadas as crises económicas) servem-se do grupo de exportadores e latifundiários quando lhes parece haver perigo de que os governos «desenvolvimentistas» possam exorbitar os seus poderes. Aliás, a «burguesia nacional» vai ser transformada em «burguesia associada», consumando-se a sua aliança com os grupos de exportadores e latifundiários «no âmbito de uma aliança mais larga com os grupos das metrópoles internacionais»¹³.

Quanto à segunda pergunta que atrás se formulava, a respeito do papel dos sectores médios na modernização, há uma sugestão que talvez fosse curioso explorar: a admitir que seja legítimo aplicar aos sectores médios latino-americanos uma caracterização do tipo da que POULANTZAS utiliza para os pequenos proprietários e comerciantes e para os trabalhadores assalariados não produtivos (pequena burguesia), teríamos «um subconjunto ideológico pequeno-burguês constituído por influência da ideologia

¹³ Jeanne DEWARD e Jean BAILY, «Notes sur la formation du sous-développement en Amérique Latine», in *Sociologia do Desenvolvimento*, Zahar, Rio de Janeiro, 1961, p. 17.

burguesa (dominante) sobre as *aspirações próprias* da pequena burguesia relativamente à sua situação específica de classe»¹⁴. Dada a ambiguidade da sua situação de classe, a pequena burguesia também comporta, no seu «subconjunto ideológico», elementos da ideologia da classe operária, adaptados às aspirações próprias da pequena burguesia. Daqui decorrem contradições várias, à luz das quais seria interessante analisar o papel dos «sectores médios» nas formações sociais latino-americanas. Por exemplo, «aspectos ideológicos, como o mito da promoção ligado à ideologia da neutralidade democrática da cultura, através da qual a educação desempenha o papel promocional por excelência; o aspecto ideológico tecnocrático: culto da eficácia e da técnica neutra, acompanhando a concepção de uma neutralidade da cultura»; etc. Trata-se de um conjunto de aspectos que, *a priori*, aparecem como capazes de criar um campo receptivo a certas mudanças que as metrópoles estrangeiras e, em grande parte, a alta burguesia dominante local estão interessadas em difundir. Por outro lado, vemo-los capazes de se opor a qualquer transformação radical, preferindo deter-se na pequena melhoria que puderam alcançar.

Na via da mobilização para a mudança, a identificação (por aspiração) com as classes dominantes poderá ter dado origem a um outro tipo de ambiguidade, devido, este, à partilha do poder entre o que poderá talvez denominar-se como duas fracções de classe — a oligarquia latifundiária e a burguesia industrial. Partilha que, muito provavelmente, teve por efeito desfasamentos do poder do Estado, entre os seus próprios aparelhos ideológicos (escolar, religioso, político, jurídico, sindical, familiar, cultural) ou entre estes e o aparelho de Estado (o governo, a administração, o exército, a polícia, etc.).

Grande parte das análises mais recentes sobre os problemas do subdesenvolvimento têm implícito o conceito da autonomia relativa dos aparelhos ideológicos do Estado, que, porque são «os mais susceptíveis de concentrar, de forma eficaz, o poder de classes e fracções não hegemónicas», não podem ficar ignorados num estudo sobre mudança social.